



MAM manifesta repúdio à decisão de redução do trabalho das Assessorias Técnicas Independentes para as pessoas e comunidades atingidas pelo crime da Vale S.A. em Brumadinho, na bacia do rio Paraopeba e na região da Represa de Três Marias

O Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), atingidos e atingidas de toda a bacia do rio Paraopeba e Região da Represa de Três Marias e demais organizações que acompanham os desdobramentos do crime da Vale em Brumadinho (MG), ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019, foram surpreendidos na última terça-feira (14/03) com a notícia do [corte de verbas das Assessorias Técnicas Independentes \(ATIs\) dos atingidos pelo crime da Vale S.A. em Brumadinho, no rio Paraopeba e região do lago de Três Marias, em Minas Gerais.](#)

Conforme a notícia veiculada pelo Jornal Brasil de Fato, as ATIs foram surpreendidas **com o corte de quase metade do seu orçamento anual**, em comparação ao que estava previsto no seu Plano de Trabalho, e de forma **retroativa para janeiro deste ano**. Esse corte resultará na demissão de quase todos os/as trabalhadores/as das ATIs e comprometimento de quase todo o orçamento para o ano de 2023.

Nós, do MAM, **repudiamos veementemente** tais tentativas de redução do trabalho das ATIs que, na prática, é um golpe contra as próprias pessoas atingidas pelo crime da Vale S.A., por retirar o seu apoio técnico frente às arbitrariedades da mineradora.

As ATIs exercem hoje um papel essencial no mapeamento dos danos pelo rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, que atingiu a bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias, uma vez que elas colocam à disposição das pessoas atingidas um corpo de técnicos multidisciplinares, encarregados de fazer frente aos discursos e às narrativas parciais da empresa responsável pela morte de 272 pessoas e impor inúmeros impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais na bacia do rio Paraopeba e represa de Três Marias. Além dos levantamentos de danos, as assessorias têm cumprindo papel fundamental no assessoramento das pessoas, famílias e comunidades atingidas visando a garantia da participação no processo de reparação. As ATIs ainda realizam o acompanhamento das comunidades realizando reuniões, assembleias e construção de documentos técnicos participativos quanto à contaminação dos rios, solos e monitoramento da saúde dos atingidos e atingidas.

Neste momento, é altamente preocupante o esvaziamento das funções das ATIs, especialmente porque a redução do recurso foi noticiada justamente quando foi dado início, pelo juiz responsável pelo caso, em 14 de março de 2023, ao processo de definição dos valores de indenizações individuais das vítimas do crime da Vale S.A., no qual seria essencial a intervenção das ATIs e de suas matrizes de danos que foram elaboradas em conjunto com as pessoas atingidas para que os valores de indenização a serem definidos sejam, de fato, justos.

Permaneceremos na busca por justiça, reparação e garantias da não repetição deste tipo de crime.

Por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios!

Belo Horizonte, 20 de março de 2023

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM)